

Democracia em ação

RAUL PILLA

MERECE atenção a presente crise ministerial francesa.

Merece-a dos parlamentaristas, que nela poderão encontrar úteis ensinamentos, e merece-a muito mais dos presidencialistas, que, por ela, poderão apreender a essência da democracia. No fundo de todo presidencialista há um autoritário, que se julga ou finge democrata. Imaginam os presidencialistas que eleição e temporariedade de mandatos bastam a caracterizar o regime e, por isto, consideram distúrbio, malefício, perigo, o que constitui a essência mesma do processo democrático, isto é, o debate, a contestação, a mutação. Cai um gabinete? Nada mais natural, nada mais necessário, se êle já realizou a missão particular para que se constituiu, se não pôde cumprir o que prometera, se perpetrou erros graves no governo. Antidemocrático e, pior do que isto, nocivo ao país seria que um tal governo permanecesse. Há dificuldades em constituir-se o novo gabinete? Se os problemas são graves e a situação é complicada e incerta, nada mais natural que se sucedam as tentativas e haja demora na formação do governo. Em compensação, o governo que surja refletirá melhor a conjuntura política do país. Os nossos presidencialistas, porém, têm uma concepção primária de governo, confundem política com administração e supõem que, durante a crise ministerial, pare tudo no país, por não haver quem mande à boa maneira indígena, isto é, presidencialista.

Estas considerações aplicam-se genericamente ao sistema parlamentar. Mas o sistema francês não é verdadeiramente parlamentar. Tais são as dificuldades opostas pela Constituição à dissolução do Parlamento (não cabe ela nos primeiros dezoito meses do mandato, depois de transcorridos êstes só poderá ocorrer, se no antecedente período de dezoito meses se tiverem produzido duas crises ministeriais, e, ainda assim, mediante parecer do presidente da Câmara dos Deputados, isto é, da assembléia que se vai dissolver) tais são as dificuldades, que os constitucionalistas franceses consideram o sistema antes convencional, do que parlamentar.

Pois, apesar dêstes defeitos, contra os quais se voltam políticos e publicistas, não para abolir o sistema parlamentar, mas, ao contrário, para melhor realizá-lo, tem sido o governo francês — como faz notar José Augusto — o melhor e mais eficiente governo democrático dos tempos modernos.

Volvamos, porém, à crise actual. Tem a França, na Tunísia, um delicado problema político, que o exacerbado patriotismo dos franceses não permite considerar friamente. Tem a França, na guerra da Indochina, uma ferida, por onde a nação se está esvaindo e que o mesmo exacerbado patriotismo não permite fechar. Daí a maior parte das dificuldades francesas. Basta dizer que as despesas militares igualam, mais ou menos, as demais despesas nacionais. Mendés-France, convidado a organizar o gabinete, pôs o dedo na ferida. Foi recusado por uma maioria de treze votos, apenas. O país, ou, pelo menos, a Assembléia Nacional, que o representa, ainda não estão habilitados a mudar de rumo. É possível que já o esteja a nação, mas não é fácil verificá-lo, justamente por causa dos impedimentos opostos à dissolução. De toda forma, não tardará muito que a necessidade da mudança se imponha.

Foi por isto que Pierre Mendés-France, apesar de derrotado, se mostrou satisfeito com a votação recebida. Mais um ou dois gabinetes e, provavelmente, acabará prevalecendo a política preconizada pelo líder radical-socialista.

Isto é democracia, mais exactamente, é democracia em ação. Mas é justamente a democracia em ação o que assusta os nossos presidencialistas...